



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

000264

Soares

C-SUPJUR Nº 057/2007

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FIRMAM A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ E CTBC MULTIMÍDIA DATA NET S.A., NA FORMA ABAIXO.

A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede na Rua Acre, nº 21, nesta cidade do Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ sob nº 42.266.890/0001-28, por diante denominada **CDRJ**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Antonio Carlos Soares Lima, e **CTBC MULTIMÍDIA DATA NET S.A.**, com sede na Avenida Afonso Pena, nº 3928 Mezanino, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia-MG, inscrita no CNPJ sob nº 04.622.116/0001-13, neste ato representada por Luísa de Góis Aquino, Analista de Negócios, e Fernando Soane Lomônaco, Executivo de Vendas, por diante denominada **CONTRATADA**, segundo documentação constante do Processo nº 24.500/2005 e do Edital do Pregão Eletrônico Nº 001/2007, que, independentemente de transcrição ficam fazendo parte integrante e complementar deste instrumento, têm entre si justo e avençado, celebrar o presente Contrato, conforme autorização da Diretoria Executiva da **CDRJ - DIREXE**, em sua 1650ª reunião, realizada em 24/01/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação dos serviços de “**comunicação de dados, por meio de uma rede WAN, com tecnologia MPLS, para interligação de 10 (dez) redes LAN**”, segundo as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital e do Anexo II-B - Planilha de Proposta de Preços da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Qualquer modificação a ser introduzida nas especificações dos serviços a serem prestados, deverá ter o consentimento prévio, por escrito, da **CDRJ**, e não importar em modificação do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela **CONTRATADA** na Especificação dos serviços, no decorrer de sua execução, deverão ser comunicados, por escrito à **CDRJ**, a fim de serem corrigidos de modo a que sejam bem definidas as intenções deste pacto.

[Handwritten signature]





DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

000265

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução deste Contrato é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O preço para execução dos serviços objeto deste Contrato é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) resultante da composição dos valores dos preços unitários constantes da Planilha de Proposta de Preços da **CONTRATADA** (Anexo II-B), os quais serão utilizados na elaboração das medições mensais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os tributos incidentes sobre os serviços contratados estão incluídos nos preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Preço Global Anual é composto de duas parcelas, quais sejam, a primeira relativa à prestação dos serviços propriamente dito; e a segunda relativa aos custos de instalação, indicadas, respectivamente, nos itens 1.0 e 2.0 da Planilha de Proposta de Preços da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parcela do Preço Global Anual que diz respeito aos custos de instalação, indicada no item 2.0 da Planilha de Proposta de Preços da **CONTRATADA**, incidirá apenas no primeiro ano de contrato.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS

O prazo de duração deste Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos limites estabelecidos em lei, mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da **CDRJ**, obedecido ao limite de duração previsto no inciso II, do artigo 57 da Lei nº 8666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O início da prestação dos serviços dar-se-á em até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em caso de prorrogação a **CONTRATADA** deverá se manifestar, por solicitação da **CDRJ**, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes da data do término do Contrato.





DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

O pagamento dos serviços pela **CDRJ** será efetuado conforme o disposto nesta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos dos serviços serão efetuados pela **CDRJ** mediante a apresentação de Conta/Fatura de prestação dos serviços devidamente conferida e certificada pela fiscalização.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os pagamentos serão efetuados na data do vencimento indicado na Conta/Fatura referida no Parágrafo anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O não pagamento da Conta/Fatura no vencimento sujeita a **CDRJ** às seguintes sanções:

- a) Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente pelo IGP-M (FGV), mais juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês calculados "pro-rata-die";
- b) Suspensão parcial e/ou total dos serviços, respectivamente, após 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias do vencimento, sem prejuízo da exigibilidade dos débitos e demais encargos contratuais, ficando o restabelecimento do serviço condicionado ao pagamento dos valores das contas/faturas em atraso, acrescidos da multa, atualização monetária e juros de mora;
- c) A pena de suspensão parcial e/ou total dos serviços será imposta à **CDRJ** mediante comunicação por escrito, com antecedência de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO QUARTO

Semestralmente, a Contratada apresentará cópia das Certidões Negativas de Débitos do INSS (CND) e do ICMS, bem como o Certificado de Regularidade do FGTS, devidamente autenticados.

PARÁGRAFO QUINTO

O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará, automaticamente, na suspensão dos pagamentos que lhes seriam subsequentes.

PARÁGRAFO SEXTO

O pagamento da última Conta/Fatura só será efetivado mediante a apresentação dos documentos referidos no parágrafo quarto independentemente do prazo ali fixado.





DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO DO VALOR PACTUADO

Na hipótese de prorrogação, os preços contratuais serão reajustados de acordo com a variação do IST – Índice de Serviços de Telecomunicações divulgado pela ANATEL, com base na Resolução ANATEL Nº 420 de 25/11/2005, ou qualquer outro que venha a substituí-lo.

O valor pactuado poderá ser revisto a qualquer tempo, mediante solicitação da contratada, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, Inciso II, Alínea “d”, da Lei nº 8666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As eventuais solicitações far-se-ão acompanhadas de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis, bem como demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em caso de prorrogação do Contrato, o reajustamento de preços somente incidirá sobre a parcela do Preço Global Anual que diz respeito à prestação de serviços, indicada no item 1.0 da Planilha de Proposta de Preços da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA- RESPONSABILIDADES

Este Contrato será executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 8666/93 e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inobservância total ou parcial.

PARÁGRAFO ÚNICO

A Contratada responsabiliza-se pela execução plena e satisfatória de seus serviços, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo por perdas e danos perante a **CDRJ** e terceiros, resultantes de ação culposa de seus empregados, prepostos e contratados, até o valor equivalente a 12 (doze) meses de prestação do serviço, excluídas as hipóteses de caso fortuito, força maior e fato de terceiro fora de seu controle.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão fiscalizados por órgão, comissão ou técnico designado pela **CDRJ**, denominado simplesmente **FISCALIZAÇÃO**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento ou acompanhamento dos serviços que venham a ser determinados pela **CDRJ**, a seu exclusivo juízo.





DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Fiscalização não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução dos serviços, de seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em coresponsabilidade da CDRJ ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a Contratada serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Contratada se obriga a retirar dos locais de trabalho qualquer material, ferramenta ou equipamento que não esteja de acordo com as especificações aprovadas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

Sem prejuízo de qualquer outra disposição, o Contrato poderá ser rescindido pela CDRJ, judicial ou extra-judicialmente, independentemente de qualquer notificação, sem que assista à Contratada qualquer direito à reclamação ou indenização, quando da ocorrência dos seguintes casos:

- se os serviços a que se refere o Contrato forem transferidos a outrem no todo ou em parte, sem prévia aprovação conjunta da CDRJ e da Contratada;
- se houver morosidade no andamento dos trabalhos ou se ficarem paralisados por mais de 10 (dez) dias consecutivos sem causa justificada;
- se a Contratada impedir ou dificultar a ação da Fiscalização;
- se a Contratada deixar de cumprir qualquer das cláusulas do Contrato;
- se a Contratada tiver sua falência decretada;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A desistência do serviço, por qualquer uma das partes, poderá dar-se a qualquer tempo, desde que notificada, por escrito com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sem que caiba a outra o direito de reclamar ou exigir qualquer indenização ou compensação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O não cumprimento de quaisquer condições e/ou obrigações aqui estipuladas, por qualquer uma das partes, importará na imediata e automática rescisão do presente ajuste, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extra judicial.





DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PARÁGRAFO TERCEIRO

A desistência ou rescisão não prejudicará a exigibilidade dos débitos já contraídos pelo cliente junto à **CONTRATADA**, relativos aos serviços prestados.

PARÁGRAFO QUARTO

Ficam reconhecidos pela **CONTRATADA** os direitos da **CDRJ**, no caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES E MULTAS

No caso de não atendimento pela **CONTRATADA** do **ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)**, constante do Termo de Referência – Anexo I, e dos prazos de implantação dos serviços, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratações com a **CDRJ**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade, nos termos da Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As multas poderão ser aplicadas nos seguintes casos:

- multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor global do contrato, por dia que exceder o prazo de instalação total dos serviços;
- multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato, por dia de descumprimento do **ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A multa será aplicada pela **FISCALIZAÇÃO**, podendo a **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da Notificação, oferecer recurso ao Diretor-Presidente da **CDRJ**, através da **FISCALIZAÇÃO**, que o encaminhará devidamente informado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Comprovada a irregularidade cometida e após a decisão tomada pelo Diretor-Presidente da **CDRJ**, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **CDRJ** autorizada a descontá-la dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

O pagamento das penalidades não é compensatório, admitindo, por conseguinte, o ressarcimento por perdas e danos.





DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

000270

PARÁGRAFO QUINTO

O valor acumulado das multas aplicadas limitar-se-á a 10 (dez) por cento do valor do Contrato, estipulado na Cláusula Décima-Primeira.

PARÁGRAFO SEXTO

A **CONTRATADA**, se der por finda a prestação dos serviços, sem o cumprimento do pactuado, ficará sujeita ao pagamento de indenização à **CDRJ**, por perdas e danos, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) daquele que seria devido até o final do Contrato, ressalvado o disposto nos incisos XV, XVI e XVII do art. 78, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - VALOR DO CONTRATO

O valor do presente Contrato é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – RUBRICA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da rubrica orçamentária "214212 - Telecomunicações" – Unidade Gestora: SEDE.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – VINCULAÇÃO

Este Contrato está vinculado ao Edital do **Pregão Eletrônico N° 001/2007**, à proposta a **CONTRATADA**, e aos termos da Lei N° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Serão ainda consideradas as seguintes disposições gerais:

- A **CONTRATADA** fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade das obrigações por ela assumidas, bem como a validade de toda a documentação descrita no parágrafo quarto, da cláusula quinta deste Contrato;
- A execução deste Contrato será acompanhada e regida em conformidade com as disposições da Lei n° 8666/93 e demais disposições legais pertinentes, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado, estando o mesmo vinculado ao Processo n° 24500/05, parte integrante deste instrumento;
- Havendo necessidade de investimentos para adequar os meios de transmissão de planta externa à demanda de tráfego do cliente, esta adequação se viabilizará mediante condições específicas, estabelecidas em documento à parte;
- Caso o serviço ora contratado venha a ser regulamentado pelo Poder concedente, o regulamento passará imediata e automaticamente a reger a prestação do serviço, ficando mantidas apenas as cláusulas e condições que conflitam com a Normas de Direito Público Administrativo.





DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

000271

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - FORO

O foro competente para ajuizar quaisquer questões suscitadas na execução deste Contrato será o da sede da **CDRJ**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acordadas, assinam o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo e a tudo presentes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos de Direito.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2007.


ANTONIO CARLOS SOARES LIMA
Diretor-Presidente
CDRJ


LUÍSA DE GOIS AQUINO
CONTRATADA

Luísa de Gois Aquino
CPF: 986.470.836-87


FERNANDO SOANE LOMÔNACO
CONTRATADA

Fernando Soane Lomônaco
CPF 339.538.486-15

TESTEMUNHAS:

- 1) _____
- 2) _____

Extrato Publicado no D. O. U, III Seção
Em, 07 / 08 / 2007, Pág. 03

